

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Disputando a cidade para construir democracia: resistência popular e luta por moradia diante da implantação do VLT em Campina Grande – PB

Maynara Santos

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17744>

Submetido em: 2026-08-30

Postado em: 2026-09-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

DISPUTANDO A CIDADE PARA CONSTRUIR DEMOCRACIA: RESISTÊNCIA POPULAR E LUTA POR MORADIA DIANTE DA IMPLANTAÇÃO DO VLT EM CAMPINA GRANDE – PB

MAYNARA SANTOS,

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1155-957X>

<maynarasantos13@gmail.com>

Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande (PB), Brasil.

RESUMO: Em busca de resgatar a experiência de luta por moradia dos atingidos pelo projeto do VLT em Campina Grande – PB, o presente trabalho tem como objetivo enquadrar a atuação política dos moradores como forma de fortalecimento dos instrumentos de participação social, do protagonismo popular nos processos decisórios de transformação do espaço urbano e da disputa pela democratização da cidade. Foram empregados múltiplos procedimentos metodológicos. Realizou-se levantamento bibliográfico para mobilizar referências capazes de refletir o mundo contemporâneo, a realidade brasileira e um planejamento urbano inclusivo, participativo e construído coletivamente a partir dos agentes territoriais mais vulneráveis, rejeitando concepções tecnocratas e voltadas aos interesses privados do mercado imobiliário. No campo empírico, acompanharam-se reuniões de bairro, audiências públicas e manifestações, adotando-se a observação participante por meio da assessoria técnica popular, que permitiu a construção compartilhada de conhecimento situado e politicamente engajado. Por fim, tal experiência é representada como um laboratório vivo no qual, embora nos limites da luta por direitos, florescem iniciativas orgânicas que estão para além de reivindicar algo: envolvem a luta pela transformação da realidade.

Palavras-chave: luta por moradia, Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), autocracia burguesa, neoliberalismo, produção capitalista do espaço.

COMPETING FOR THE CITY TO BUILD DEMOCRACY: POPULAR RESISTANCE AND THE STRUGGLE FOR HOUSING IN THE FACE OF THE LRT'S IMPLEMENTATION IN CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

ABSTRACT: Seeking to document the struggle for housing experienced by those affected by the LRT project in Campina Grande, Paraíba, this study aims to contextualize their political activism as a means of strengthening the tools of social participation, grassroots leadership in decision-making processes regarding urban transformation, and the struggle for the democratization of the city. Multiple methodological procedures were employed. A literature review was conducted to identify references capable of reflecting the contemporary world, the Brazilian reality, and an inclusive, participatory, and collectively constructed urban planning approach rooted in the most vulnerable local actors, rejecting technocratic concepts and those geared toward the private interests of the real estate market. In the empirical field, neighborhood meetings, public hearings, and demonstrations were monitored, employing participant observation through grassroots technical advisory work, which enabled the shared construction of situated and politically engaged knowledge. Finally, this experience is portrayed as a living laboratory in which, even within the confines of the struggle for rights, organic initiatives flourish that go beyond mere demands: they involve the struggle to transform reality.

Keywords: struggle for housing, Light Rail Transit (LRT), bourgeois autocracy, neoliberalism, capitalist production of space.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em busca de resgatar a experiência de luta por moradia dos atingidos pelo projeto do VLT em Campina Grande – PB, o presente trabalho propõe-se a enquadrar a atuação política dos moradores como forma de fortalecimento dos instrumentos de participação social, do protagonismo popular nos processos decisórios de transformação do espaço urbano e da disputa pela democratização da cidade. A comissão de moradores é o eixo que organiza politicamente essa atuação. Por meio dela, a luta adquire caráter formativo ao ser canalizada para um processo pedagógico de politização que ultrapassa a questão imediata da implantação do VLT.

Tal iniciativa justifica-se na medida em que, diante da crise da democracia na contemporaneidade sob o contexto de avanço neoliberal, aqueles moradores historicamente excluídos da vida política e que compartilham uma origem social comum, atravessada materialmente pelo passado colonial e escravista brasileiro, conseguem tomar as rédeas da história na disputa pela democratização da cidade no sentido de, a partir de baixo, fazer mais que pressionar, mas, movimentar aqueles que estão acima em favor de seus interesses a partir das próprias regras do jogo da democracia burguesa, exigindo a garantia de seu direito à moradia – mesmo que limitados pela inserção em determinadas especificidades regionais e sob dinâmicas locais e particulares de atuação política.

Entre tais determinações, estão a ausência de políticas públicas de habitação de interesse social por parte da atual gestão da Prefeitura Municipal de Campina Grande (no poder desde 2021) e o domínio dos interesses da especulação na produção capitalista do espaço urbano na cidade, que se somam aos impactos sociais da obra do VLT – produto e expressão de um planejamento urbano que exclui os moradores da condição de sujeitos de direito, naturaliza o deslocamento forçado como custo inevitável do “progresso” e desconsidera décadas de construção territorial e comunitária. Além disso, o projeto tem sido conduzido “pelo alto” e de forma tecnocrata, com baixa transparência e ausência de diálogo com a população atingida.

Com objetivo de evidenciar de que maneira o contexto de ameaças e de precariedade nas condições de reprodução social tem permitido construir não apenas um processo de mobilização sociopolítica e de problematização crítica dessas condições, mas, a ampliação da vontade coletiva de participar da reconstrução da cidade de forma orgânica e transformadora, o protagonismo dos moradores atingidos pelo VLT em Campina Grande na luta por moradia é concebido como uma forma de intervenção política que tensiona em favor de um planejamento urbano inclusivo,

participativo e construído coletivamente para fortalecer os instrumentos democráticos que possibilitam a garantia do direito à cidade para as camadas mais vulneráveis da sociedade.

A pesquisa orientou-se metodologicamente pelos pressupostos da Teoria Urbana Crítica. Conforme Brenner (2010, p. 2), essa abordagem enfatiza “o caráter político e ideologicamente mediado, contestado socialmente e, portanto, maleável, do espaço urbano”, recusando compreensões tecnocráticas ou orientadas pelo mercado. Adotou-se como fio condutor a análise das contradições entre o discurso oficial de modernidade associado ao projeto do VLT e a efetiva produção da desposseção sobre populações subalternizadas. A pesquisa alinha-se, assim, à proposição de Roy e Rolnik (2019, p. 17) de elaborar “metodologias para uma teoria e pesquisa que também sejam emancipatórias”, contestando “as definições de questão habitacional baseadas em soluções tecnocráticas concentradas na oferta de produtos e estigmatização de formas de morar” (Roy; Rolnik, 2019, p. 17).

Além disso, foram empregados múltiplos procedimentos metodológicos. Realizou-se levantamento bibliográfico para mobilizar referências capazes de refletir o mundo contemporâneo, a realidade brasileira e um planejamento urbano inclusivo, participativo e construído coletivamente a partir dos agentes territoriais mais vulneráveis, rejeitando concepções tecnocratas e voltadas aos interesses privados do mercado imobiliário. Essa análise buscou revelar, conforme apontam Roy e Rolnik (2019, p. 23), “o papel central do Estado no apoio às ações e pressões do capital global”. No campo empírico, acompanharam-se reuniões de bairro, audiências públicas e manifestações, adotando-se a observação participante por meio da assessoria técnica popular, o que permitiu a construção compartilhada de conhecimento situado e politicamente engajado.

1 OS ALTOS E BAIXOS DA DEMOCRACIA BURGUESA NO BRASIL

É difícil falar sobre democracia na realidade brasileira: nosso passado colonial e escravista deixou um rastro de violência que se espalhou para todos os aspectos da vida social, contaminando não apenas seu contexto de origem, mas, impondo determinações concretas para o desenvolvimento posterior da sociedade brasileira e que perduram na contemporaneidade. Nessa conjuntura, a desigualdade é um dos sintomas fundantes do pano de fundo político em que atuam diferentes forças no interior da sociedade civil.

Na historiografia brasileira, alguns autores costumam falar sobre grandes transformações políticas como processos encabeçados “pelo alto” para referirem-se ao caráter de classe predominante nesses acontecimentos aos quais o povo brasileiro assiste, como plateia, sua sucessão protagonizada pelas classes dominantes: assim foi desde a Independência, no século XIX, à implantação do regime militar, na segunda metade do século XX.

Apesar de diferentes, as formas de democracia experimentadas na realidade brasileira são faces possíveis da democracia burguesa sob diferentes momentos históricos em uma determinada formação econômica e social que tem particularidades contextuais concretas. Ao enquadrar historicamente as formas de dominação política das classes dominantes brasileiras como uma autocracia burguesa, Fernandes (1976) enfatiza

sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de interesses materiais privados, de fins políticos particularistas; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento, fundindo a república parlamentar com o fascismo (...) nos coloca, certamente, diante do poder burguês e, sua manifestação histórica mais extrema, brutal e reveladora (p. 296-297).

Isto equivale dizer que o grosso social da população jamais teve voz ativa na direção política dos acontecimentos históricos do país, uma vez que as forças populares são reprimidas, de cima para baixo, pela tentativa de homogeneização dos diferentes interesses sociais – mesmo que tenham influenciado em seus resultados. As reverberações de se desenvolver enquanto país economicamente atrasado também se expressam na política externa do Brasil, marcada pela submissão aos interesses imperiais do capital financeiro internacional.

2 A REDEMOCRATIZAÇÃO SOB O MODELO NEOLIBERAL

Um dos períodos mais duros e violentos da nossa história foi também aquele em que o povo brasileiro – forjado sob luta, suor e sangue – mostrou muito de sua força e resistência: durante a ditadura militar, a participação social, que era ínfima, foi brutalmente usurpada. A ditadura, no interior da democracia burguesa, nem de longe é uma exceção, mas sua face mais real e abertamente cruel – promovendo perseguição sistemática e violência institucionalizada contra opositores políticos.

Foi nesse processo que as forças democrático-populares se reinventaram e desencadearam lutas em busca de pressionar o regime à abertura política, sendo capazes de alterar “o conteúdo e ritmo da abertura, que se transforma mesmo em processo de democratização” (Netto, 2014, p. 288) na medida em que tais forças aglutinavam-se contra o regime através de explosão de greves trabalhistas, lutas urbanas e camponesas, reinvenção dos movimentos antirracistas, florescimento do feminismo e lutas da população LGBT.

Mesmo diante do crescente protagonismo popular, a redemocratização, assim como processos históricos de transformação política anteriores, também foi encabeçado “pelos ares”. Segundo Netto (2014), consistindo num caminho “tortuoso e truncado” (p. 186) que manteve continuidades com o regime militar na medida em que,

(...)sem quebra do sistema estatal existente, sem alteração substantiva da natureza de classe do poder político e por compromissos resultantes de acordos ‘pelo alto’ (forçados,

é claro, por décadas de resistência e duras lutas sociais”, (...)as classes possuidoras ganharam a hegemonia, puderam neutralizar os impactos das lutas conduzidas pelos trabalhadores(...)”. (Netto, 2014, p. 231)

Tal quadro culminou na Constituição de 1988, que pode ser considerada como produto e expressão do processo de redemocratização, conservando institucionalmente o poder das classes dominantes ao consistir numa “ordem constitucional que consagrava a sua renovada dominação.” (Netto, 2014, 231). Por outro lado, a Constituição também representa uma conquista parcial das classes trabalhadoras brasileiras, garantindo consideráveis avanços do ponto de vista da luta por direitos e cidadania.

Sob contexto mais amplo, a redemocratização ocorre num período de profundas transformações mundiais a partir da consolidação do neoliberalismo como modelo de acumulação de capital, caracterizado pela promoção de expropriações por meio de reformas estruturais, cortes em investimentos públicos e retirada de direitos associadas à agudização, diversificação e “flexibilização” das formas de exploração do trabalho. Ao mesmo tempo, amplia-se a financeirização da economia, exigindo um intenso ritmo de especulação.

Com o Consenso de Washington de 1989, que consistia numa série de diretrizes elaboradas pelo FMI, Banco Mundial e outras instituições financeiras internacionais, o Brasil, que já nasce de portas abertas para e foi forjado sob interesses imperialistas, agora, abre até as janelas: a partir das “orientações” do Consenso, na década seguinte, aprofunda-se a aderência à lógica de produção flexível neoliberal que promove a desregulamentação da economia, uma série de privatizações e o domínio dos interesses do “livre mercado”.

3 A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

No mundo globalizado, “a queda de barreiras espaciais não implica o decréscimo da significação do espaço” (Harvey, 1992, p. 265), mas, antes, representa o acirramento dos processos de urbanização como uma questão de sobrevivência para as grandes e médias cidades. O espaço urbano, nesse sentido, torna-se palco de disputas na medida em que “as cidades e os lugares hoje tomam muito mais cuidado para criar uma imagem positiva e de alta qualidade de si mesmos” (Harvey, 1992, p. 91) como forma de atrair investimentos.

Produzir diferenciação entre as cidades tem a ver com uma das formas mais privilegiadas de acumulação sob o neoliberalismo: a especulação financeira – que nas cidades, adquire principalmente a forma de especulação fundiária e imobiliária. Além disso, a dinâmica de diferenciação exige um planejamento urbano que promova um “clima favorável” aos negócios através da projeção de “uma imagem distintiva [para] criar uma atmosfera de lugar e de tradição que aja como um atrativo tanto para o capital como para pessoas” (Harvey, 1992, p. 266).

Os modelos de governança neoliberais, por outro lado, além de reduzirem drasticamente as margens de participação social e os investimentos em bens e serviços públicos, são caracterizados pelo abandono da postura administrativa para a adoção de uma abordagem empreendedora que, segundo Harvey (2001), está ligada “a uma tendência ascendente do neoconservadorismo e a um apelo muito mais forte(...) à racionalidade do mercado e à privatização”. (p. 168)

Em Campina Grande – PB, situada do interior do Nordeste brasileiro e projetada como a cidade do trabalho, da informação e da tecnologia, a gestão municipal também está alinhada às diretrizes de governança e às tendências de mercado neoliberais em busca de construir “uma cidade que fortalece suas vocações e identidades” (Campina Grande, 2021, p. 26) através da construção de “espaços e infraestrutura adequados para as empresas se instalarem e para gerar um bom ambiente de negócios”. (Campina Grande, 2021, p. 4)

Sendo “o domínio do espaço uma arma ainda mais poderosa na luta de classes”, (Harvey, 1992, p. 265) a produção capitalista do espaço torna-se o principal âmbito em que podemos identificar e visualizar materialmente o aprofundamento da segregação social, da desigualdade e dos conflitos urbanos – mesmo quando tal produção fundamenta-se em princípios de desenvolvimento “que justifica a falta de moradias, o desemprego, o empobrecimento crescente, a perda de poder etc. apelando a valores supostamente tradicionais de autoconfiança e capacidade de empreender.” (Harvey, 1992, p. 301)

O crescimento populacional aliado ao intenso fluxo migratório em Campina influenciou a nível local uma nova tendência que começa a se delinear mais fortemente a partir dos anos 80: a produção do espaço urbano como oportunidade de acumulação de capital pelo setor imobiliário e fundiário e da construção civil. A tendência em si não é nova, uma vez que podemos identificar, já a partir da abertura da linha de ferro e do processo acentuado de industrialização, inovações na produção do espaço da cidade.

Mas, aqui, nota-se uma diferenciação em sua forma: se antes a produção do espaço estava ligada às transformações econômicas e ocorriam em virtude desta, agora a fórmula encontra-se invertida: é a produção do espaço urbano que busca atrair investimentos econômicos através da aplicação de capitais pelos investidores, acentuando a tendência de mercadificação da cidade que está diretamente ligada aos novos padrões de acumulação neoliberais de acumulação de capital.

A Prefeitura Municipal, ao embarcar na lógica de atração de investimentos e de lucratividade que caracteriza o modelo de governança neoliberal, busca criar um “clima favorável” que “favorece a consolidação de uma reputação positiva que, em última instância, atrai

investimentos e negócios” (Campina Grande, 2021, p. 22) – que longe de configurar uma “saída” local aos problemas econômico-sociais da cidade, fazem parte do pacote geral de reestruturação neoliberal que inscreve suas marcas no espaço urbano.

A implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no município está inserida nesse contexto: anunciada em julho de 2025, a obra é veiculada pelo discurso oficial como sinônimo de modernidade através da mobilização de signos que fazem parte da construção de uma imagem de Campina como a cidade da inovação, do avanço e que tem o futuro nas mãos no caminho para o progresso. Em entrevista, o prefeito Bruno Cunha Lima (União Brasil), afirma que o projeto “não é apenas sobre transporte. É sobre dignidade, modernização e futuro.”¹

4 O IMPACTO SOCIAL DO VLT EM CAMPINA GRANDE – PB

Nos pronunciamentos oficiais, disseminados pela mídia local e seus meios tradicionais de comunicação, é raro identificar menções aos impactos sociais e o custo humano da implantação do VLT na cidade. Ao dar destaque ao aspecto da mobilidade urbana “do futuro”, ignora-se o presente de muitas famílias que, há décadas, frente à omissão estatal, ocupam as margens da linha férrea como única alternativa possível diante da exclusão do mercado formal de terras e das políticas públicas habitacionais.

Em Campina Grande, essa história não começa com o VLT – remonta aos conflitos fundiários em torno de disputas pela posse da terra, elemento fundante que caracteriza o desenvolvimento da luta de classes no Brasil. Ocorre que, historicamente, o caráter higienista e excludente do processo de urbanização das cidades brasileiras expressa espacialmente as desigualdades estruturais e injustiças sociais que marcam o país a partir, principalmente, da restrição do acesso das populações subalternizadas à terra e à moradia.

Tais condições resultaram no desenvolvimento de diversas favelas e loteamentos irregulares na cidade — entre estes, assentamentos resultantes das primeiras ocupações urbanas às margens dos trilhos da ferrovia, originadas a partir do final da década de 1960. A associação entre a omissão pública quanto à ferrovia e sua faixa de domínio, assim como em relação à política habitacional frente à demanda elevada por moradia, resultou na intensificação das ocupações às margens da linha férrea, principalmente no entorno das comunidades, que são produto e expressão da segregação socioespacial e das desigualdades urbanas.

¹ Disponível em: <https://web.archive.org/web/20250930203125/https://paraibaonline.com.br/paraiba/2025/06/04/prefeito-de-campina-grande-sobre-o-vlt-vamos-construir-uma-nova-linha-ferrea-do-zero/>. Acesso em: 20 de agosto de 2025.

Discutido desde 2011, o projeto do VLT em Campina Grande foi anunciado oficialmente após a coalização de forças políticas que, por anos, disputaram o protagonismo sobre o empreendimento. O projeto, viabilizado por recursos federais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e dos Ministérios dos Transportes e das Cidades, está sendo executado pela Prefeitura Municipal – que após obter a cessão da linha férrea pela União, tem conduzido o projeto “pelo alto” e de forma tecnocrática, com baixa transparência e ausência de diálogo com a população diretamente afetada.

Nos territórios ameaçados pelo projeto, os moradores observam as obras avançando antes mesmo da apresentação dos estudos de viabilidade, com movimentações de terras que provocaram deslizamentos e alagaram diversas moradias. O cadastramento dos moradores, que ainda não contemplou todas as famílias, começou sem reuniões informativas prévias e servidores públicos prestam informações contraditórias sobre prazos, critérios e direitos. Tratados como obstáculo ao “progresso” da cidade, os moradores não são reconhecidos como sujeitos de direito tampouco como interlocutores legítimos no processo decisório.

IMAGEM 01 – Movimentação de terras próxima às moradias no bairro do Araxá



Fonte: Bárbara Martins (2026)

IMAGEM 02 – Morador reconstruindo cerca após trilhos serem jogados sobre o quintal de sua moradia no bairro do Araxá



Fonte: Bárbara Martins (2026)

Como apontam Cardoso e Denaldi (2018, p. 29), é necessário que os agentes locais demonstrem “capacidade de administração e gerenciamento de obras que envolvem complexidade técnica para seu planejamento, execução e gerenciamento adequados”. No caso de Campina Grande, essa capacidade institucional revela-se problemática para lidar com a complexidade social e territorial que envolve a urbanização de favelas e os reassentamentos, dificultando a necessária articulação entre política habitacional e intervenções urbanas – condição fundamental para garantir o direito à moradia digna nos processos de remoção.

As soluções habitacionais ofertadas, até o momento, revelam a permanência de uma lógica segregadora. Isso fica evidente, por exemplo, nas unidades do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), situadas em periferias distantes e desarticuladas das redes de sociabilidade, trabalho e serviços que estruturaram a vida das comunidades ao longo de décadas. Ainda mais preocupantes são as soluções inicialmente apresentadas pela gestão municipal nas reuniões da Comissão de Soluções Fundiárias do TRF-5, como indenizações, aluguel social ou moradias temporárias.

Nesses casos, onde a reposição da moradia não é garantida, as famílias são colocadas em situações provisórias, o que gera grande apreensão na medida em que aprofunda-se a situação de vulnerabilidade social dos atingidos, que rejeitam e veem com bastante desconfiança tais “soluções”. Isso porque a tendência é que tais medidas resultem em “novas ocupações de áreas impróprias para habitação e na manutenção das situações de vulnerabilidade e precariedade, além da reprodução de processos de segregação socioespacial” (Denaldi; Petrarolli; Regino, 2018, p. 75-76).

Diante do cenário em Campina Grande, fica evidente a observação de Cardoso e Denaldi (2018) de que os conflitos não se relacionam apenas com soluções inadequadas de reposição de moradia, mas que “que muitos problemas e conflitos relacionam-se com o processo de planejamento e execução da intervenção” (2018, p. 42). O que está em disputa é o modelo de planejamento que exclui os moradores da condição de sujeitos de direito, naturaliza o deslocamento forçado como custo inevitável do “progresso” e desconsidera décadas de construção territorial e comunitária.

Tal quadro reproduz dinâmicas historicamente recorrentes no Brasil, nas quais as políticas de remoção de populações para a implantação de obras públicas de infraestrutura foram marcadas pela segregação socioespacial, deslocando famílias para a periferia e desestruturando suas redes de sociabilidade, bem como o acesso a serviços e oportunidades de trabalho (Cardoso, 2007). Nesse sentido, o VLT revela-se como um empreendimento que, sob o discurso da modernização, opera uma despossessão territorial velada através da reprodução de desigualdades urbanas.

Obras públicas, frutos de intervenções estatais, contribuem para a provisão de infraestruturas, serviços e equipamentos necessários à produção econômica e à reprodução social. Porém, sua implementação é arbitrária: os impactos positivos beneficiam agentes econômicos das camadas superiores, enquanto os negativos atingem os mais vulneráveis. Além disso, as obras também valorizam diferenciadamente os espaços urbanos, gerando acesso desigual – e, no contexto neoliberal de financeirização, acentuam a mercantilização e privatização do espaço urbano através do estímulo à especulação fundiária e imobiliária.

Tanto a implantação de obras diretamente, quanto as consequentes dinâmicas de valorização espacial resultam, de modo frequente, em deslocamentos, remoções e despejos forçados dos mais pobres, obrigando-os a recorrer, continuamente, a ocupações e ao mercado informal, muitas vezes em áreas não consolidáveis e, frequentemente, de risco. Os impactos negativos desses processos, portanto, são mais acentuados para os grupos sociais historicamente marginalizados – como as mulheres e a população negra do país.

5 DOS TRILHOS, A RESISTÊNCIA: A LUTA DOS MORADORES

Embora dominante, o capital não pode ser concebido como um sistema total: afirmar sua hegemonia, conforme Jameson (2000, p. 158-159), não significa “sugerir uma homogeneidade maciça e uniforme(...), mas implicar sua coexistência com outras forças resistentes e heterogêneas”: se o capital pudesse eclipsar toda sorte de forças “residuais” que resistem contra sua lógica de dominação e, em especial, “se essas forças heterogêneas não fossem dotadas de eficácia própria, o projeto hegemônico seria desnecessário.” (Jameson, 2000, p. 67)

Os conflitos em torno da disputa pela terra às margens da linha do trem no município existem desde o início das ocupações: os ocupantes sofriam diante das coações da Rede Ferroviária Federal S.A, empresa responsável pelo trecho ferroviário, que promoveu a derrubada das casas e ameaçava as famílias que permaneciam na área. Sem acesso a outras oportunidades para atendimento de suas necessidades habitacionais, a ameaça de despejo acompanhou a história e o desenvolvimento dessas ocupações, que assistiram a expansão da cidade e o fornecimento de serviços em seu entorno.

A ferrovia que atravessa Campina Grande era patrimônio público da União e, sob gestão da Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA), passou por um processo de privatização nos anos 90. A Ferrovia Transnordestina Logística S/A (FTL), empresa privada, obteve a concessão da Malha Nordeste, incluindo o trecho de Campina. A privatização da malha provocou uma reviravolta no conflito, que, a partir de 2011, passa a ser animado pelas ações de reintegração de posse movidas pela FLT contra as famílias ocupantes, que desde então vivem num estado de alerta ainda mais crítico.

Várias audiências foram realizadas com a participação dos moradores, mas, como processos judiciais são demorados e não chegaram diretamente na maioria das famílias, havia a impressão de que os despejos não seriam realizados. O cenário foi alterado em 2025, quando o governo municipal anunciou a implantação do VLT na cidade, com um investimento federal de mais de 100 milhões de reais. O projeto reacendeu o conflito em torno do trecho ferroviário – e o VLT, anunciado como sinônimo de modernidade e progresso, oculta os custos sociais e humanos para sua realização.

Sob condições adversas e numa situação desfavorável, os moradores deram início às primeiras movimentações em busca de respostas dos órgãos competentes com apoio da assessoria do BrCidades e do Núcleo Paraíba do INCT Observatório das Metrópoles, passando a ter acesso a algumas informações, como o acesso do governo municipal a recursos federais a partir do Ministério das Cidades para a elaboração de estudos e projetos para a implantação do VLT e as ações de reintegração de posse movidas pela FLT, discutidas pela Comissão de Soluções Fundiárias (CSF) no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife.

Além disso, acionaram órgãos como MPF, DPE, Serviço de Informação ao Cidadão do Ministério das Cidades, Secretaria-Geral da Presidência, Conselho Nacional de Direitos Humanos, Casa Civil, Ministério dos Transportes, DPU, Procuradoria Federal do Direito do Cidadão do MPF e Defensoria Estadual Comissão de Direitos Humanos da OAB, além de contatos com representantes dos poderes Executivo e Legislativo municipais. A vereadora Jô Oliveira (PCdoB)

promoveu uma audiência pública para discutir o VLT, viabilizando a primeira oportunidade pública de interlocução entre moradores e representantes dos poderes instituídos em suas diversas esferas.

Também conquistaram o direito de participação nas reuniões de conciliação no âmbito da Comissão de Soluções Fundiárias (CSF) do TRF-5, tendo como principal encaminhamento a criação da Comissão de Acompanhamento e Interlocução Social (CAIS) com representantes dos órgãos competentes, comunidades e assessoria técnica. Foi estabelecido ainda, no âmbito destas reuniões, o compromisso da Prefeitura Municipal em assegurar os direitos das famílias afetadas pela implantação do VLT a informações e à moradia – embora seja notável uma distância abissal entre os acordos judiciais e a realidade prática.

Além de articulações institucionais, os moradores vêm se organizando politicamente em busca de informações e de soluções habitacionais que assegurem o seu direito humano e constitucional à moradia, exigindo respostas do poder público. A mobilização tem se dado por meio de reuniões de bairro, encontros com agentes, órgãos e instituições, manifestações políticas e denúncias nas redes sociais. Criou-se, inclusive, uma comissão de moradores com representantes das comunidades mais atingidas pelas obras do VLT com objetivo de encabeçar a luta e que, além de atuar ativamente sobre a situação, reúne-se para refletir e problematizar o processo de luta e politizar-se sobre o contexto histórico em que ela se insere.

IMAGEM 03 – Manifestação de moradores no bairro do Tambor



Fonte: Nativo Afro (2025)

IMAGEM 04 – Manifestação de moradores no bairro da Estação Velha



Fonte: desconhecida (2025)

IMAGEM 05 – Manifestação de moradores no centro da cidade



Fonte: desconhecida (2026)

A assessoria do BrCidades e do Observatório das Metrópoles tem sido fundamental nessa luta, fornecendo suporte técnico, humano e material. Esse apoio permitiu expandir as reuniões para as comunidades da Estação Velha e do Araxá, que, junto ao Tambor, concentram o maior número de ocupações. A realização de mapeamentos participativos também têm sido um importante instrumento para identificar necessidades de urbanização, como iluminação, água, esgoto, drenagem, coleta de lixo e equipamentos sociais (UBS, escolas, hospitais). Além da luta pelo direito à moradia, a luta por urbanização, regularização fundiária e acesso a serviços e equipamentos públicos são igualmente fundamentais para as comunidades.

Com apoio do trabalho de assessoria, os moradores buscam ampliar os horizontes sobre as alternativas projetuais e urbanísticas possíveis para reassentamentos que respeitem as redes de sociabilidade, a centralidade urbana e o direito à moradia, contrapondo-as ao modelo de remoção adotado pelo poder público, buscando demonstrar a viabilidade técnica da promoção de

reassentamentos que promovam integração socioespacial e mitigação dos impactos sociais. Esta perspectiva dialoga com as observações de Brenner (2010, p. 2) sobre “o caráter político e ideologicamente mediado, contestado socialmente e, portanto, maleável, do espaço urbano”, recusando compreensões tecnocratas ou orientadas pelo mercado.

A experiência de luta por moradia em Campina Grande – PB protagonizada pelos moradores atingidos pelo VLT tem sido um laboratório vivo em que, embora nos limites da luta por direitos, florescem iniciativas orgânicas que estão para além de reivindicar algo: envolvem a luta para transformar a realidade. Cada ação é construída através do esforço coletivo de pessoas em extremo estado de vulnerabilidade social, trabalhadoras e trabalhadores precarizados, que precisam dar duro no dia a dia para conseguir o pão de cada manhã e, mesmo diante de toda informalidade e insegurança, encontram forças para se unir em torno dessa transformação.

IMAGEM 06 – Reunião de moradores no bairro do Tambor



Fonte: autora (2025)

IMAGEM 07 – Reunião de moradores no bairro da estação Velha



Fonte: autora (2026)

IMAGEM 08 – Reunião de moradores no bairro do Araxá



Fonte: autora (2026)

Os moradores são, em grande parte, famílias chefiadas por mulheres negras, muitas vezes mães solo de crianças atípicas, que sofrem com a extrema vulnerabilidade social imposta a um território marcado pela ausência do Estado. São elas que detêm, de fato, o protagonismo dessa luta: enfrentam duplas e até triplas jornadas de trabalho, dentro e fora de casa, mas se unem em coletivo para idealizar, organizar e executar ações nas comunidades voltadas à luta por moradia, ao apoio às mulheres, às crianças e aos jovens da periferia, grupos negligenciados pelos poderes públicos e privados do direito ao lazer e à cultura.

A comissão de moradores é o eixo dessa organização. Por meio dela, a luta não apenas se dá no cotidiano, mas adquire um caráter formativo, ao ser canalizada para um processo pedagógico de politização que ultrapassa a questão do VLT, da luta por moradia e por direitos. Busca-se compreender as conexões com a ausência de políticas públicas de habitação de interesse social por parte da atual gestão da PMCG (no poder desde 2021), os interesses da especulação na produção capitalista do espaço urbano e a lógica de reprodução do capital. Assim, a comissão atua enquanto reflete criticamente sobre o mundo em que vivemos, para adquirir qualidade de atuação sobre ele.

IMAGEM 09 – Reunião da comissão de moradores com representantes dos bairros do Tambor, Estação Velha e Araxá e participação da assessoria técnica



Fonte: autora (2025)

No interior de condições impostas concretamente pela democracia burguesa de caráter autocrático no Brasil, inserida em determinadas especificidades regionais e sob dinâmicas locais e particulares de atuação política, a experiência de luta por moradia e pelo direito à cidade que vêm ocorrendo nas comunidades ameaçadas de despejo diante da implantação do VLT em Campina Grande – PB pode render frutos importantes no que se refere ao fortalecimento dos instrumentos de participação social e do protagonismo popular nos processos decisórios de transformação na cidade.

Historicamente excluídos da vida política, aqueles moradores que compartilham uma origem social comum, atravessada materialmente pelo passado colonial e escravista brasileiro, conseguem tomar as rédeas da história na disputa pela democratização da cidade no sentido de, a partir de baixo, fazer mais que pressionar, mas, movimentar aqueles que estão acima em favor de seus interesses a partir das próprias regras do jogo da democracia burguesa: exigindo a garantia do direito à moradia, previsto no Art. 6 da Constituição Federal de 1988, marco institucional que consagra o processo de redemocratização no Brasil.

O contexto de ameaças e de precariedade nas condições de reprodução social tem permitido construir não apenas um processo de mobilização sociopolítica e de problematização crítica dessas condições, mas, a ampliação da vontade coletiva de participar da reconstrução da cidade de forma orgânica e transformadora em busca de experimentar formas intervenção política que exijam um planejamento urbano inclusivo, participativo e construído coletivamente como forma de fortalecer os instrumentos democráticos que possibilitam a garantia do direito à cidade para as camadas mais vulneráveis da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para resgatar a experiência de luta por moradia dos atingidos pelo projeto do VLT em Campina Grande – PB, o presente trabalho buscou enquadrar a atuação política dos moradores como forma de fortalecimento dos instrumentos de participação social, do protagonismo popular nos processos decisórios de transformação do espaço urbano e da disputa pela democratização da cidade. A comissão de moradores, nesse sentido, é concebida como o eixo que organiza politicamente essa atuação. Por meio dela, a luta adquire um caráter formativo ao ser canalizada para um processo pedagógico de politização que ultrapassa a questão do VLT.

Embora nos limites da luta por direitos e diante da crise da democracia na contemporaneidade sob o contexto de avanço neoliberal, aqueles moradores historicamente excluídos da vida política e que compartilham uma origem social comum, atravessada materialmente pelo passado colonial e escravista brasileiro, conseguem tomar as rédeas da história na disputa pela democratização da cidade no sentido de, a partir de baixo, fazer mais que pressionar, mas, movimentar aqueles que estão acima em favor de seus interesses a partir das próprias regras do jogo da democracia burguesa, exigindo a garantia de seu direito à moradia.

O resgate da atuação política dos moradores atingidos pelo VLT em Campina Grande contribui para evidenciar que, no contexto de autocracia burguesa, a luta por direitos adquire singular importância na medida em que, frente ao grau de dificuldade de mobilização frente às precárias condições de reprodução social, que obriga trabalhadores e trabalhadoras a batalharem duramente pelo pão de cada dia, tal luta pode ser convertida em força material capaz de pressionar coletivamente as forças dominantes, forçando “o governo e os partidos burgueses a nos conceder os poucos sucessos imediatos que podem ser ganhos”. (Luxemburgo, 1898)

Embora os processos decisórios, em suma, continuem operando “pelo alto”, sem as demonstrações de força realizadas a partir do protagonismo popular dos moradores atingidos, a solução habitacional conquistada – a saber, o reassentamento para um empreendimento do PMCMV – sequer estaria em horizonte, permanecendo a proposta inicial da Prefeitura Municipal que previa o auxílio aluguel para os afetados. Isso atesta a importância da organização política das camadas sociais vulneráveis em torno do fortalecimento dos instrumentos de participação social, do protagonismo popular nos processos decisórios de transformação do espaço urbano e da disputa pela democratização da cidade.

O papel da assessoria técnica popular também tem lugar decisivo nesse processo, pois ameaça de despejo atravessou a história e desenvolvimento das comunidades, que se organizavam de maneira pontual em momentos críticos para defenderem sua permanência: com o apoio do

BrCidades e do Observatório das Metrôpoles, essa organização adquire maior qualidade e caráter sistemático, uma vez que a assessoria tem sido fundamental para “facilitar negociações, prover informações técnicas, fomentar a melhor compreensão dos efeitos das diversas mudanças imaginadas” (Kapp, 2018, p. 232), caracterizando-se pelo reconhecimento e valorização dos saberes e conhecimentos populares.

Tal experiência tem permitido construir não apenas um processo de mobilização sociopolítica e de problematização crítica acerca das condições de reprodução social em contextos periféricos, mas, a ampliação da vontade coletiva de participar da reconstrução da cidade de forma orgânica e transformadora. O protagonismo dos moradores atingidos pelo VLT em Campina Grande na luta por moradia, assim, é concebido como uma forma de intervenção política que tensiona em favor de um planejamento urbano inclusivo, participativo e construído coletivamente para fortalecer os instrumentos democráticos que possibilitam a garantia do direito à cidade para as camadas mais vulneráveis da sociedade.

Essa é uma disputa que não está circunscrita apenas à democratização da cidade, embora não prescindida dela, mas, que representa uma experiência de luta que aqui é enquadrada como um laboratório vivo no qual, embora nos limites da luta por direitos, florescem iniciativas orgânicas que estão para além de reivindicar algo: envolvem a luta pela transformação da realidade – mesmo que inseridas em determinadas especificidades regionais e sob dinâmicas locais e particulares de atuação política no contexto de aprofundamento do domínio neoliberal.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Gervácio Batista. *Campina Grande no espaço econômico regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957)*. Campina Grande, 1991.

BRENNER, Neil. O que é teoria crítica urbana? **@emetropolis: Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**, Rio de Janeiro, nº 3, ano 1, pp. 20-28, dezembro 2010. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/17?name=o-que-e-teoria-critica-urbana>. Acesso em: 15 jun. 2026.

CAMPINA GRANDE. Plano de Governo (2021-2024), de 15 de setembro de 2021. Dispõe sobre as diretrizes para Programa de Governo e propostas defendidas pela candidatura ao Governo Municipal de Bruno Cunha Lima (PSD) e Lucas Ribeiro (PP).

CARDOSO, Adauto Lucio. *Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas*. Cadernos Metrôpole, São Paulo: EDUC, n. 17, p. 219-240. 2007.

CARDOSO, Adauto Lucio; DENALDI, Rosana et al. *Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

DENALDI, Rosana; PETRAROLLI, Juliana Gomes; REGINO, Tássia. Urbanização de assentamentos precários e deslocamentos involuntários na Região do Grande ABC. *Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC*. São Paulo: FAUUSP, 2018. pp. 75-110.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Atica, 2000.

KAPP, Silke. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, São Paulo, V. 20, N. 2, p. 221-236, 2018.

LIMA, Damião de. *O processo de industrialização via incentivos fiscais: expansão e crise em Campina Grande*. 1996. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia Rural, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1996.

LUXEMBURGO, Rosa. *Oportunismo e a Arte do Possível* (1898). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1898/09/30.htm>. Acesso em: 23 de mar. 2026.

NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira: (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

PEREIRA, Davidson Matheus Félix. *Reestruturação espacial e produtiva na indústria de calçados de Campina Grande-PB: espaço e trabalho no regime de acumulação flexível*. João Pessoa, 2021. Dissertação de Mestrado.

ROY, Ananya; ROLNIK, Raquel. Metodologias de pesquisa-ação para promover a justiça habitacional. *Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares* [livro eletrônico]. Observatório de remoções: relatório bianual 2019-2020. São Paulo: 2020. pp. 17-29.

SANTOS, Maynara; MARTINS, Bárbara. Entre trilhos e despejos: o custo social do VLT em Campina Grande. **Carta Capital**. Campina Grande, mar. 2026. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/entre-trilhos-e-despejos-o-custo-social-do-vlt-em-campina-grande/#google_vignette. Acesso em: 23 mar. 2026.

SANTOS, Maynara; MARTINS, Bárbara. VLT na Paraíba: resistência popular aos trilhos da remoção. **Outras Palavras**. Campina Grande, maio 2026. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outras-cidades/vlt-na-paraiba-resistencia-popular-aos-trilhos-da-remocao/>. Acesso em: 29 maio 2026.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

O presente trabalho foi realizado com o apoio do BrCidades e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrópoles, uma iniciativa do Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI).

CONTRIBUIÇÕES DA AUTORA:

S.M.: Conceptualization, Methodology, Validation, Formal analysis, Investigation, Resources, Data curation, Writing — original draft, Writing — review & editing, Visualization, Supervision.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

A autora declara que não há conflito de interesse comerciais, financeiros ou pessoais que possam ter influenciado de forma inadequada o desenvolvimento do trabalho. A autora recebe bolsa de pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrópoles, instituição que foi devidamente citada no corpo do texto, na qual é extensionista.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL:

Não foi utilizado nenhum tipo de plataforma de inteligência artificial para a coleta de materiais, processo analítico ou produção do manuscrito final.

MINIBIOGRAFIA DA AUTORA:

Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Atualmente, é vinculada ao Núcleo Paraíba do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrópoles e ao BrCidades, nos quais atua incidindo sobre temas ligados ao direito à cidade.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.